

Trump não comprou a Groenlândia – mas conseguiu parte do que queria

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 19 de outubro de 2026

Desde os primeiros dias de seu governo, o presidente Trump vem afirmando que a Groenlândia, a enorme ilha autônoma integrante do Reino da Dinamarca, deveria passar a ser controlada pelos EUA. Na sexta-feira, dia 18 de setembro, Trump finalmente encontrou razões para comemorar o resultado de sua pressão. Em sua rede social, o presidente anunciou que havia chegado a um acordo com a Dinamarca e a Groenlândia, que finalmente concederia aos Estados Unidos “o controle permanente sobre a segurança e todas as demais necessidades na Groenlândia”.

O texto do acordo final deverá se tornar público esta semana, quando será formalmente assinado, durante a Assembleia Geral da ONU, em Nova York. Pelo que Trump divulgou, entretanto, já se sabe que o acordo não teve “custos para os Estados Unidos” e lhe daria a capacidade de “fazer o que for necessário” para “garantir e defender a segurança da Groenlândia”.

Os EUA já tinham, desde 1951, bastante liberdade para atuar na Groenlândia. Um acordo firmado naquele ano entre os EUA e a Dinamarca – e ainda em vigor – já autorizava os EUA a criar e operar “áreas de defesa” em comum acordo com os dinamarqueses. Dentro delas, os EUA têm direitos muito amplos de construção, operação, estacionamento de tropas, armazenagem e segurança. Além disso, o acordo de 1951 dá aos EUA o direito de trânsito terrestre, marítimo e aéreo entre as áreas de defesa e permite que aeronaves americanas sobrevoem e pousem na Groenlândia. Neste ponto, portanto, não parece ter havido grandes mudanças no entendimento entre os dois países sobre o direito dos EUA de operar militarmente na ilha.



Sendo a Dinamarca um membro da OTAN, seria politicamente inconcebível, nas circunstâncias atuais, imaginar a instalação de bases militares russas ou chinesas na Groenlândia, independentemente da existência de qualquer acordo adicional. Há, entretanto, um aspecto inovador no acordo anunciado por Trump: os adversários dos EUA estariam impedidos de realizar determinados “investimentos sensíveis” na ilha. Segundo Trump, tais investimentos dependeriam de aprovação americana. Esse tipo de restrição não está previsto no acordo de 1951 e acrescenta uma dimensão econômica às restrições estratégicas à atuação, por exemplo, de empresas chinesas na ilha. Pode-se imaginar que, a partir de agora, empresas chinesas possam ser impedidas de controlar portos groenlandeses, explorar determinados recursos minerais estratégicos ou realizar outros investimentos considerados sensíveis por Washington.

Essa vedação aos “investimentos sensíveis” de adversários na Groenlândia está perfeitamente alinhada com o “Corolário Trump à Doutrina Monroe”, constante da Estratégia Nacional de Segurança dos EUA, divulgada em dezembro do ano passado. Segundo tal corolário, apelidado de “Doutrina Donroe”, os EUA “negarão aos competidores extra-hemisféricos a capacidade de posicionar forças ou outras capacidades ameaçadoras, ou de possuir ou controlar ativos estrategicamente vitais em nosso Hemisfério”. A novidade do Corolário Trump está justamente aí:

a lógica de exclusão de potências extra-hemisféricas passa a alcançar, além da presença militar, portos, infraestrutura, recursos minerais e outros ativos econômicos considerados estratégicos.

O governo dinamarquês já se posicionou acerca do anúncio. A primeira-ministra Mette Frederiksen afirmou estar satisfeita com a perspectiva de um acordo que fortaleça a segurança comum no Ártico e no Atlântico Norte e beneficie a OTAN e a Europa. Mas acrescentou um ponto essencial para o entendimento da questão: o acordo deve reconhecer “a soberania e a integridade territorial do Reino e o direito do povo groenlandês à autodeterminação”. Destaque-se que, enquanto Trump sublinha o controle estratégico obtido sobre a ilha, Frederiksen ressalta a manutenção da soberania dinamarquesa.



O interesse de Trump pela Groenlândia remonta pelo menos ao seu primeiro mandato. A ideia de comprar a ilha foi sugerida ao presidente em 2018 por Ronald Lauder, empresário e amigo de longa data de Trump. Oito anos depois, Trump não conseguiu a posse da Groenlândia, mas parece ter obtido um mecanismo para impedir que seus adversários adquiram posições econômicas consideradas estrategicamente sensíveis na ilha. Em um momento de dificuldades na política externa, marcado pela guerra no Oriente Médio e pela persistência do conflito na Ucrânia, o

acordo oferece à administração Trump um resultado concreto a apresentar ao eleitorado americano às vésperas das eleições legislativas de novembro.

Este artigo foi originalmente publicado na Gazeta do Povo, em
21 de setembro de 2026

[Se você gosta do conteúdo do blog e pode colaborar com sua manutenção, junte-se àqueles que se tornaram apoiadores](#)

[clique aqui e saiba como!](#)

Seis meses depois, quem está vencendo a guerra no Golfo Pérsico?

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 19 de outubro de 2026

No último dia 28 de agosto, a guerra no Golfo Pérsico completou seis meses. Embora já dure muito mais do que as quatro a seis semanas inicialmente estimadas pela administração Trump para atingir os objetivos das operações militares contra o Irã, ainda não é possível afirmar que o término do conflito esteja próximo.

Recordemos como tudo começou. No dia 28 de fevereiro, norte-americanos e israelenses desencadearam uma ofensiva coordenada contra o Irã, denominada pelos Estados Unidos “Fúria Épica” e, por Israel, “Leão Rugidor”. Utilizando sua enorme capacidade militar, milhares de alvos iranianos passaram a ser atacados e

atingidos, a começar pelas lideranças iranianas. Nos ataques do primeiro dia, o líder supremo iraniano, o aiatolá Ali Khamenei, foi eliminado. Também foram mortos muitos outros líderes do país e familiares de Khamenei, enquanto seu filho Mojtaba Khamenei foi gravemente ferido. Alguns dias depois, Mojtaba seria escolhido como o novo líder supremo do Irã.



A resposta iraniana foi imediata. No campo militar, Teerã passou a atacar bases militares e infraestruturas estratégicas em praticamente todos os países do Golfo Pérsico, além da Jordânia e de Israel. No campo econômico, provocou o fechamento quase completo do Estreito de Ormuz, impondo pesadas perdas econômicas não só aos países do Golfo, dependentes daquela passagem marítima para exportar petróleo e gás, mas também a toda a comunidade internacional, que viu os preços desses produtos essenciais dispararem. Dessa forma, a estratégia iraniana ficou clara: distribuir os custos da guerra pelo maior número possível de países, de modo que a comunidade internacional passasse a pressionar os norte-americanos pelo fim das hostilidades.

A primeira fase da guerra terminou no dia 8 de abril, quando o Paquistão mediou um cessar-fogo que deveria durar duas semanas. Essa data marca também o fim da campanha aérea israelense de alta intensidade contra o território iraniano,

fazendo da guerra em torno do Estreito de Ormuz um enfrentamento principalmente entre norte-americanos e iranianos. Logo em seguida, no dia 13 de abril, os EUA passaram a colocar em prática uma estratégia de asfixia econômica do Irã, iniciando o bloqueio naval aos portos do país.

A transformação da natureza da guerra, de um conflito de alta intensidade em sua fase inicial para uma estratégia de asfixia econômica do Irã, adotada a partir de abril e bastante intensificada nos últimos dias com o anúncio, pelos EUA, da Operação Economic Outcast (algo como “Operação Isolamento Econômico”, em português), é que permite compreender o impasse estratégico que atualmente caracteriza o conflito, seis meses depois de sua deflagração.

Os EUA demonstraram claramente sua enorme superioridade militar na primeira fase do conflito. Destruíram a maior parte da capacidade naval iraniana e degradaram severamente suas defesas antiaéreas e seus meios de comando e controle. Entretanto, não conseguiram converter essa superioridade militar em uma solução política para a guerra.

Mas por que isso aconteceu?



Em primeiro lugar, destruição militar não redundava automaticamente em vitória política. Sun Tzu, há dois mil e quinhentos anos, já ensinava que vencer todas as batalhas não representa a forma suprema de excelência na guerra. A lição permanece atual: a destruição das forças do inimigo não é um

fim em si mesma; ela só ganha sentido estratégico se contribuir para alcançar os objetivos políticos pretendidos. E foi justamente aí que os Estados Unidos falharam até agora: sua superioridade é incontestável no campo militar, mas isso não obrigou as lideranças iranianas a se dobrarem à sua vontade.

Isso se deve, em parte, à assimetria dos critérios pelos quais cada um dos lados define a sua vitória. Se, para os EUA, a vitória exige resultados concretos, como impedir definitivamente que o Irã obtenha uma arma nuclear e obrigar o regime a aceitar condições que atendam aos objetivos norte-americanos, para as lideranças iranianas, simplesmente sobreviver no poder já é suficiente. Se o regime permanece no poder, não capitula e continua conseguindo impor custos aos EUA e aos seus aliados, pode sustentar interna e externamente que resistiu à maior potência militar da atualidade e impediu que ela alcançasse plenamente seus objetivos.

Assim, o tempo trabalha de forma diferente para os dois lados. Se o presidente Trump precisa alcançar ganhos concretos para demonstrar que os enormes custos militares, econômicos e políticos da guerra produziram resultados favoráveis aos Estados Unidos, para os iranianos basta continuar resistindo e impondo custos ao adversário.

Essa é a razão de o conflito ter se tornado uma disputa centrada principalmente na abertura do Estreito de Ormuz. O Irã aproveita sua geografia para causar enormes transtornos ao tráfego marítimo comercial no estreito e compensar, ao menos parcialmente, sua enorme inferioridade militar diante dos Estados Unidos.

O descompasso entre os resultados que uma campanha aérea e um bloqueio naval podem efetivamente produzir e os ganhos estratégicos esperados pelos EUA mantém o impasse atual. Sabendo disso, os EUA intensificam a pressão econômica. Teerã aposta que o tempo, a geografia e a capacidade de continuar

impondo custos aos seus adversários acabarão tornando uma solução política favorável a Washington cada vez mais difícil. Seis meses depois, a maior pergunta é quem conseguirá sustentar por mais tempo a sua vontade política.

Este artigo foi originalmente publicado na Gazeta do Povo, em
31 de agosto de 2026

[Se você gosta do conteúdo do blog e pode colaborar com sua manutenção, junte-se àqueles que se tornaram apoiadores](#)

[clique aqui e saiba como!](#)

Os Estados Unidos de Trump e a Rússia de Putin perderam suas capacidades de dissuasão?

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 19 de outubro de 2026

Dissuasão é uma palavra muito usada quando se escreve ou se conversa sobre estratégia. Entretanto, seu conceito não é completamente percebido por muitos que, ou a empregam de forma equivocada ou não compreendem perfeitamente seu significado.

Dissuadir é convencer um adversário a não realizar determinada ação, fazendo-o acreditar que não conseguirá alcançar seus objetivos ou que sofrerá consequências superiores aos eventuais benefícios esperados.

Para que a dissuasão seja alcançada, são necessárias três condições – “3Cs”. A primeira é possuir as capacidades militares necessárias para negar ao adversário os objetivos pretendidos ou lhe impor custos elevados. Por exemplo, um país que detenha um arsenal nuclear capaz de sobreviver a um primeiro ataque e retaliar possui um instrumento que, em tese, deveria levar seus adversários a agir com extrema cautela.

A segunda condição é a credibilidade. Possuir capacidades, por si só, não dissuade completamente. É necessário que aquele que as detém consiga convencer o adversário de que estará disposto a empregá-las caso determinados limites sejam ultrapassados.



A terceira condição é a comunicação. As capacidades e a disposição para empregá-las precisam ser percebidas corretamente pelo adversário. Para isso, intenções, limites e consequências devem ser comunicados de maneira suficientemente clara, reduzindo o risco de erros de cálculo.

Duas guerras em curso, entretanto, mostram que a dissuasão não é automática, como talvez pudesse parecer. A Rússia tem se mostrado incapaz de dissuadir a Ucrânia de aprofundar o combate atingindo alvos cada vez mais no interior do país, e os EUA são incapazes de dissuadir o Irã de continuar interferindo no tráfego marítimo no Estreito de Ormuz e de

atacar interesses norte-americanos no Golfo Pérsico.

Por que isso acontece, mesmo sendo Rússia e Estados Unidos grandes potências militares?

No caso russo, a dissuasão convencional mostra-se insuficiente, não exatamente por ausência de capacidades militares, mas porque Moscou não consegue, apenas com elas, impedir os ataques ucranianos em profundidade nem impor custos capazes de fazer Kiev abandoná-los.

Resta aos russos, então, a dissuasão nuclear. O arsenal atômico de Moscou ainda influencia a cautela dos países da OTAN e ajuda a explicar por que a Aliança evita participar diretamente da guerra. Entretanto, as ameaças nucleares não conseguem impedir que a Ucrânia realize ataques convencionais limitados porque falta à Rússia a segunda condicionante, a credibilidade, uma vez que os ucranianos consideram que a Rússia dificilmente empregará uma arma nuclear em resposta. Uma reação dessa natureza seria desproporcional, romperia o tabu nuclear e provocaria enorme reação contrária da comunidade internacional, muito especialmente dos países europeus da OTAN.

No caso dos Estados Unidos, evidentemente não faltam capacidades militares. Mas, o fato de o presidente Trump repetidas vezes ter deixado claro que queria um fim breve para as operações militares causou um efeito contrário ao pretendido em termos de dissuasão. Ao sinalizar pouca disposição de sustentar uma guerra prolongada, ou de enviar efetivos terrestres para a zona de operações, Trump sinalizou aos iranianos que os ataques poderiam ser intensos, mas certamente seriam limitados no tempo e não envolveriam invasões terrestres. A enorme superioridade militar norte-americana é incontestável, mas como a disposição de Washington para empregá-la pelo tempo e na intensidade necessária é questionável, o poder dissuasório decresce consideravelmente.



[Confira as ofertas de Dia dos Pais da Amazon](#)

Há, também, um problema na comunicação. Ultimatos, anúncios de cessar-fogo, ameaças de novos ataques, retomada das negociações e posteriores bombardeios transmitem sinais contraditórios. As “linhas vermelhas” não ficam claras e, conseqüentemente, os limites que podem ou não ser ultrapassados sem gerar conseqüências, ficam borrados.

O risco disso tudo é que, em determinado momento, tanto russos quanto norte-americanos queiram demonstrar aos seus adversários e ao mundo que seu poder dissuasório não pode ser desconsiderado. Nessa hipótese, Moscou e Washington podem ser levados a escalar seus conflitos de forma abrupta, adotando medidas cada vez mais destrutivas não apenas para alcançar objetivos militares imediatos, mas também para restaurar a credibilidade de suas ameaças e de suas disposições para empregar a força. Nesse caso, as conseqüências seriam amplas, extrapolando os teatros de operações atuais e trazendo conseqüências para todo o sistema internacional.

Este artigo foi originalmente publicado em minha coluna na
Gazeta do Povo, em 13 Jul 2026.

[Se você gosta do conteúdo do blog e pode colaborar com sua manutenção, junte-se àqueles que se tornaram apoiadores](#)

[clique aqui e saiba como!](#)